

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Direito a privacidade nas redes sociais: É um direito de relevância?

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Davi Kauan Clemente De Oliveira
Renato Horta Rezende
Luciana Calado Pena
Lorena Luiza Santos Araújo

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O direito à privacidade nas redes sociais é um tema muito complexo e heterogêneo pois aborda tanto a direitos legais quanto a direitos sociais. Seu conceito consiste em respeito à privacidade, inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, com o objetivo de proteger os direitos indispensáveis da pessoa natural. É importante destacar que a Internet é um meio de comunicação nacional e universal, sendo o principal meio de intercomunicação nos dias atuais. E de magnificência importância que haja a proteção de dados, pois plataformas como Facebook, Twitter, Instagram e LinkedIn, tais plataformas coletam dados de seus usuários, incluindo informações pessoais. Portanto este resumo irá abordar os principais pontos relacionados ao tema, incluindo seus desafios na proteção desse direito e algumas possíveis soluções.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da privacidade nas redes sociais, demonstrando sua ligação com a Lei Geral de Proteção de Dados de 2018. Com o objetivo de assegurar direitos fundamentais e a segurança das informações, de acordo com a Constituição de 1988.

Material e Métodos

O material utilizado nesta pesquisa, reuni tanto o GDPR (Regulamento Geral de Proteção de Dados), quanto a Lei Geral de Proteção de Dados de 2018, além de sites com renomes sobre o tema. O método usado para apresentar esse problema, será hipotético-dedutivo. Dado que as redes sociais são ferramentas de desenvolvimento, assim como os meios de comunicação e transmissão de informações mais comuns atualmente, como a transmissão de notícias globais, como o COVID-19, caso em que é necessário utilizar a transmissão via Internet, destacando que a importância do tema está confirmada.

Resultados e Discussão

Em análise, no Brasil, os debates sobre direito e privacidade nas redes sociais são frequentes e multifacetados. Questões como a proteção de dados pessoais, a liberdade de expressão e a responsabilidade das plataformas

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



digitais são centrais. A crescente preocupação com a privacidade dos usuários levou a regulamentações mais rígidas, como o GDPR na União Europeia e leis de proteção de dados em várias partes do mundo. No entanto, ainda persistem desafios, como o equilíbrio entre a proteção da privacidade e a necessidade de acesso às informações para fins de segurança pública e combate a crimes online.

Conclusão

Por fim, a implementação do GDPR, trouxe avanços, como maior transparência sobre o uso de dados pessoais, consentimento informado dos usuários e penalidades mais severas para violações.. Em última análise, a conclusão é que representa um passo positivo na direção da proteção da privacidade, mas seu sucesso contínuo dependerá da vigilância, colaboração e atualização contínua das leis e regulamentos de proteção de dados.

Referências

Brasil, Constituição Federal. Brasília 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Portal Insights. Disponível em: <https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/qual-e-o-principal-meio-de-comunicacao-online-brasil#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20meio%20de,99%2C5%25%20dos%20domic%C3%ADlios.>

O GDPR. Disponível em: <https://gdpr-text.com/pt/read/recital-27/>

A LGPD. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm